

LDB dá origem ao Curso Normal Superior

Decreto presidencial estabelece nova modalidade para formação do professor multidisciplinar

BRENA ZANON
da ACS/MEC

A Lei de Diretrizes e Bases introduziu mudanças profundas no ensino brasileiro. Uma delas é a da formação dos professores, por meio de reformulação curricular dos cursos de licenciatura e da introdução de uma nova modalidade de curso: o curso normal superior, para formação de professores da Educação Infantil e primeiras séries do ensino fundamental.

Dando continuidade à lei, o presidente da República assinou, em dezembro do ano passado, decreto estabelecendo que a formação em nível superior de professores multidisciplinares dessas séries seja feita somente em cursos normais superiores.

Opiniões - Para a professora Aricélia Ribeiro do Nascimento, de Brasília, a exigência é boa para os alunos, e melhor ainda para os próprios professores, "que vão ganhar mais autonomia para participar das decisões pedagógicas da escola, enquanto os alunos vão ter professores mais qualificados", acredita.

A professora Carlota Novaes, coordenadora pedagógica da Escola Vi-

vendo e Aprendendo, vê o decreto com restrições. "Acho muito complicado dentro do contexto atual a implantação desses cursos. Na minha escola, trabalhamos com pedagogos, psicólogos, professores de Artes, Educação Física e História, justamente para contemplar o referencial curricular para Educação Infantil", explica. "Não sei se um professor formado nesse novo curso seria melhor para a minha escola", questiona.

Multidisciplinar - De acordo com o decreto, esses professores, com exceção do pedagogo, vão poder continuar dando aula. "O decreto trata dos professores multidisciplinares, que dão aula para todas as disciplinas. O professor formado em uma licenciatura pode dar aula para a Educação Infantil, desde que na sua especialidade", explica o secretário de Educação Média e Tecnológica, Ruy Berger.

Por exemplo, um professor formado em Matemática vai poder dar aula para Educação Infantil e primeiras séries, desde que seja naquela disciplina. O que ele não vai poder mais é lecionar Ciências Sociais, Português, Matemática e Artes. "Muitas escolas já estão introduzindo professores diferentes a partir da 3ª série do ensino fundamental", conta o secretário.

Realidade do mercado

Para preencher a lacuna deixada pela inexistência de um curso de nível superior voltado para o magistério, muitos professores acabam cursando Pedagogia ou ainda alguma licenciatura, e migram para dar aulas de 5ª a 8ª série. Mas nunca foi objetivo do curso de Pedagogia formar professores. "O curso de Pedagogia destina-se a formar pessoas para pensar o processo educacional, para planejar e organizar as políticas da escola, administrá-la e até formar professores", explica o secretário Ruy Berger.

Exigências - Segundo as diretrizes gerais traçadas pelo decreto presidencial, o Curso Normal Superior deve formar professores compatíveis com a etapa da Educação Básica em que pretendem lecionar; permitir que eles complementem os estudos se desejarem atuar em outra etapa, oferecer uma formação básica de forma a assegurar que eles atuem multidisciplinarmente e, ainda, trabalhar as diversas metodologias existentes de alfabetização.



CNE e professores discutirão o assunto

O Ministério da Educação criou um grupo de estudos, formado pelos secretários de Educação Média e Tecnológica, Educação Superior e Educação Fundamental, para elaboração de um documento base de trabalho, que será enviado ao Conselho Nacional de Educação (CNE). "Caberá ao CNE discutir o assunto com os professores, em audiências públicas, para estabelecer as diretrizes curriculares dos cursos", explica Berger. Segundo o secretário, que preside o grupo, até o fim do ano as diretrizes devem estar prontas.

Cursos normais de nível médio podem ser extintos

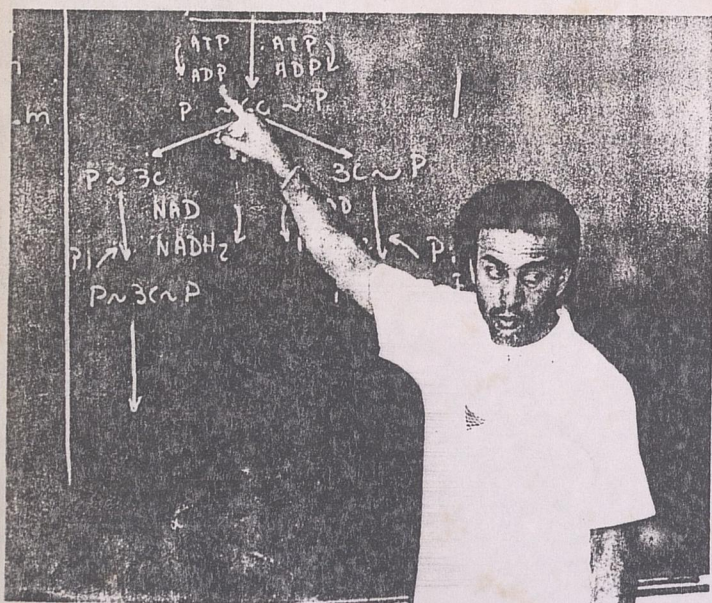
Como não vão mais poder formar professores, a tendência é de que os cursos normais de nível médio venham a ser extintos, transformando-se em institutos normais superiores. "Mas isso deve acontecer a longo prazo", acredita o ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Enquanto isso, eles têm que se adequar às novas diretrizes curriculares traçadas pelo CNE. "Nesse período de transição, precisamos estar formando professores preparados para a realidade do novo ensino", afirma Paulo Renato.

Inclusão - O ministro lembra que todo o movimento de mudança curricular busca a inclusão das

peças. "Incluir não é apenas trazer para dentro da escola mas, pela qualidade do ensino da escola, trazê-las para participar da vida política e econômica do País e do mundo", afirma.

Ruy Berger completa: "Não tem perspectiva de resultados para as mudanças que estamos implantando se não começarmos a formar professores para isso". O secretário de Educação Média e Tecnológica enfatiza que "a formação continuada dos professores já formados, para que se adequem aos novos parâmetros, está sendo feita. Mas, continuar formando professores da mesma forma, para depois adequá-los, não tem sentido".



Professores cursam Pedagogia na falta de curso de nível superior voltado ao magistério